

Conexões Angola e Portugal para além da dominação portuguesa: o protagonismo dos Axiluanda e Nâmbios

**Carta Patente de Antonio de Vasconcelos, governador do Reino de Angola, nomeando D. Francisco Mateus de Domingos no posto de governador dos Axiluanda e Nâmbios, da Ilha de São João da Cazanga, do rio Kwanza, no lugar de D. George Antônio. Três de junho de 1763. Local: Luanda 02pp
BR RJIHGB 126 PADAB DVD 03,16 DSC000361**

Mariany Mathias Rosa dos Santos

Mestranda em História
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Marianymathias@hotmail.com

Rafaela Ferreira de Andrade

Graduanda em História
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)
rafa.f_andrade@hotmail.com

Gabriella Oliveira Silva Araujo

Graduanda em História
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)
gabriella.o.s.araujo@gmail.com

Francisca Cardoso do Prado Maciel

Graduanda em Ciências Biológicas
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)
fran.cardoso.maciel@gmail.com

Bruna de Almeida Pereira

Graduanda em História
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)
brunadork@gmail.com

João Guilherme Gomes Mansur

Graduando em História
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)
Jguilhermemansur@hotmail.com

Recebido: 30/04/2023

Aprovado: 17/07/2023

Comentário

A fonte transcrita data do ano de 1763 e é uma Carta patente. A carta patente é um documento oficial em que autoridades, como o monarca ou o governador, designam um direito, posse ou título a um vassalo. Esse documento é utilizado como carta aberta a fim de informar a nova designação e conscientizar a todos os envolvidos e aqueles que estão sob proteção da nova demanda. Com o auxílio do escrivão, que é eleito para o cargo público, a autoridade oficializa o registro declarando quem é e seu cargo, a demanda e o local com o ano que foi escrita e com o nome do escrivão ao final do registro, podendo, assim, identificar diferentes processos sobre quando aquela ação foi estabelecida.

A escrita da carta era realizada com canetas de tinteiros, em que se percebe sua influência na forma de escrita, como por exemplo, algumas palavras serem grudadas umas nas outras justamente para evitar afastar a ponta da caneta do papel e correr o risco de borrar a folha. Para além da escrita, percebemos, também, o estado de conservação do papel, que mesmo muito bem conservado, visto os anos passados desde a confecção da fonte, se encontra com marcas de traça e com alguns pedaços da Carta patente quase ilegíveis. Assim, a soma de todos esses fatores mostra-se importante na análise da fonte pelo historiador, visto que, para além do conteúdo escrito, pode trazer novas informações sobre o período e o contexto estudado a partir de outros elementos materiais que a compõem.

A carta patente é um exemplo de escrita histórica com a finalidade de exercer determinado controle de informação. Assim como ela, o uso da escrita no governo português em Angola serviu como canal de comunicação entre os súditos africanos e seus governantes portugueses de modo a trocar dados de interesse político e econômico. Embora grande parte da cultura africana esteja voltada à oralidade, a escrita começa a coexistir com os relatos orais, com o intuito de registrar as rotas comerciais, produtos e ações culturais tais como forma de governo e hierarquias africanas, que afetam diretamente os acordos entre líderes africanos e portugueses (TAVARES; SANTOS, 2002, p. 496-509).

O documento expressa a nomeação de D. Francisco Matheus de Domingos ao cargo de governador dos povos *Maxiluanda* e *Nâmbios*, povos habitantes da Ilha de *São João de Kazanga*, que

é uma das ilhas que compõem o arquipélago de *Luanda*, em Angola. A nomeação de D. Francisco Matheus de Domingos ao cargo foi feita por Antônio de Vasconcelos, governador do Reino de Angola, por intermédio de um escrivão, no lugar de seu antecessor D. George Antônio, que faleceu. Neste documento, Vasconcelos designa Francisco Matheus de Domingos para o cargo vago. Deixa claro que cabe a ele, D. Matheus de Domingos, até segunda ordem, desfrutar dos privilégios que a nova função exige. Essa nomeação, declarada em documento aberto seguindo os protocolos reais, oficializa a nova ordem, expondo o nomeado à população que irá reconhecê-lo.

O termo *Maxiluanda*, citado no documento transcrito, é um dos muitos etnônimos utilizados para nomear os habitantes da Ilha de *Luanda*, localizada na atual Angola. Ao longo de sua colonização por parte dos portugueses, foram atribuídos a eles diferentes nomenclaturas, como: *Mixiluandas*, *Mexiluandas*, *Maxiluandas*, *Muxiluandas*; porém, de acordo com o dicionário *Kimbundu*, que é a língua africana falada na região de *Luanda*, a forma mais correta de referir-se a tal etnônimo no plural seria *Axiluanda*, e no singular ficaria *Muxiluanda*.

Os povos *Axiluanda* são conhecidos por sua ligação sobrenatural com o mar e com as *Kyandas*, além de desenvolverem seu trabalho ao entorno do mesmo, sendo considerados grandes pescadores, mercadores, marinheiros, condutores de canoas; além de diversas outras atividades que desempenhavam por toda Ilha de *Luanda*.

A *Kyanda*, também conhecida como *yanda*, *káximbi* ou *kituta*, é um gênio da natureza que faz parte do imaginário dos *Kimbundu* (CARVALHO, 1986, p. 283-287). As denominações e descrições variam de região para região e, segundo relatos, ela possui metade do corpo humano e metade de peixe (COELHO, 1996, p. 179-214). Elas são brancas, alvas ou cristalinas, com cabelos brancos e longos. Normalmente, as pessoas não a veem de forma direta, mas sim a seus sinais, a luz é um traço fundamental da presença delas. Cintilações luminosas, com sons vibrantes e envolventes, conduzidos por ventos e redemoinhos marcam sua presença.

Esses seres estão muito relacionados às águas e a árvores específicas, em especial, os imbondeiros. Dizem, inclusive, que as árvores que as personificam, quando cortadas ou derrubadas, choram e sangram sem parar. Além disso, também estão relacionadas à fecundidade feminina, sendo o nascimento de gêmeos provocado justamente por influência delas. São muitas vezes, erroneamente, confundidas com *sereias*, o que evidencia a influência ocidental nas culturas africanas.

A relação com esses gênios da natureza vem a longo prazo, desde o mito de origem do mundo e fixação desses povos e, inclusive, atualmente, há diversas referências relacionadas a esses

gênios nas propagandas e estabelecimentos de *Luanda*, demonstrando o impacto no imaginário social daqueles que nem estavam inseridos nas crenças desses povos. A tradição oral dos *Axiluanda* é de demasiada força, sobrevivendo mesmo a todo o descaso e desserviço ao qual os colonizadores portugueses tinham com sua identidade cultural e religiosa, ao misturar seus nomes e tentarem, aos poucos, apagar suas culturas e tradições por meio da colonização.

É importante destacar que a *escravidão compulsória* foi imposta aos *Axiluanda* a partir do século XVII, justificada pelos colonizadores portugueses ser devida ao auxílio que prestaram aos holandeses na invasão do *Reino de Angola*, ocorrida entre 1641-1648. Em outras palavras, eles deveriam fazer o mesmo trabalho que já realizavam anteriormente; mas, agora, sem pagamento ou mediante um “pagamento simbólico”. No geral, é muito importante o estudo aprofundado dos povos *Axiluanda* e a compreensão do processo de apagamento de sua identidade histórica promovido pela colonização portuguesa. Vale lembrar que os documentos encontrados no PADAB (Projeto Acervo Digital Angola – Brasil) são fonte importante de investigação documental sobre esse grupo e para a construção de sua própria narrativa desatrelada da ótica de dominação a qual foi submetida.

Outro grupo citado no documento são os *Nâmbios* ou *monâmbios*, descritos como caçadores, pescadores e exímios navegadores que viviam e dominavam a geografia do rio Kwanza. Atuavam principalmente conduzindo as embarcações para entrada e saída da região da *barra do Kwanza*, que, por ser muito sinuosa, oferecia diversos obstáculos para a navegação, sendo eles conhecidos como os únicos capazes de guiar uma viagem segura para dentro do território. Moravam, principalmente, em *quintallas* - são como sobrados suspensos - por ser uma região de manguezal, na qual também atuavam retirando a madeira de mangue (FERREIRA, 2012, p. 120).

Eram referenciados como vassalos dos sobas (líderes locais) Mani Koamza, Mani Quivingi e Kamona Kasonga, estando sob a jurisdição do governador de *Luanda*, de administração portuguesa, e de seus respectivos governadores locais. De forma que, por serem essenciais para o deslocamento de pessoas e mercadorias, tanto para o comércio local quanto para o externo, eram participativos em movimentos de resistência ou conflitos entre sobas da região; o que gerava impacto no fluxo de mercadorias e, de acordo com as fontes, acabaram sendo atacados entre 1676 e 1680 durante o governo de Saldanha e Meneses (CADORNEGA, 1972, p. 58-78).

A ilha de *São João de Kazanga* é uma das ilhas do arquipélago de *Luanda*. Além de ser o nome da ilha, é também como referem-se à freguesia da igreja que ali se instala. Possui clima

ameno, fresco, com influência do sol menos significativa que em outras partes. É um espaço de festividades paroquiais, dada a influência da igreja e seus devotos locais e, por esse motivo, recebe visitantes da cidade, de outras ilhas e paróquias, sendo um espaço de trocas e vida social intensas com outras localidades pertencentes à grande ilha de *Luanda* (PARREIRA, 1990, p. 82; CADORNEGA, 1972, p. 34-44).

Outro local mencionado no documento transcrito é *Musulo*. A ilha de *Musulo* é o local de origem de D. Francisco Matheus de Domingo, o homem escolhido para assumir o lugar de governador dos *Axiluanda* e *Nâmbios*. Segundo o dicionário *Glossográfico e toponímico da documentação sobre Angola*, *Musulo* é uma região costeira do *Kongo* que fica situada entre os rios Dande e Logi, ao norte de *Luanda* (PARREIRA, 1990, p. 165). Segundo o dicionário *Kimbundu*, *Musulu* são pescadores de *São João da Barra da Korimba*, que fica na fronteira da ilha de *Kazanga*, sendo uma ilha pertencente da província de *Luanda*. Somente durante o período de maré baixa é que essa ilha se torna uma península ligada ao continente. Na maior parte do ano, o continente e a ilha ficam separados pelo mar (ASSIS JUNIOR, 1963, p. 154,274,343).

Vale salientar a ligação que há entre os termos aqui comentados. A análise sobre a Ilha de *São João de Kazanga* - território a ser governado por D. Francisco Matheus de Domingos, de acordo com a carta patente -, interliga-se com os outros termos a ele associados, como os *Axiluandas*, *Nâmbios* e *Musulos*. A localização territorial é, por fim, de extrema importância para a interpretação do documento, visto que auxilia e facilita a contextualização e interpretação.

Continuando a análise do texto e de seus elementos geográficos e sociais, a ilha de *Musulo*, a ilha de *São João de Kazanga* e *Luanda* eram lugares importantes para a dominação colonial, visto que os habitantes dessas ilhas sabiam como navegar os rios que levavam os colonizadores ao interior do território do *Reino do Kongo* e de *Angola*. Logo, era importante que o administrador dessa região fosse tanto um homem de confiança dos colonizadores, para que pudesse auxiliá-los na dominação dos Sertões (área do interior de Angola, distante de *Luanda*, na Costa), quanto conhecedor do lugar e de suas práticas.

É, também, possível identificar a presença de uma personagem pouco convencional em um documento oficial: a Maria Adam. Para além do posto de mãe do futuro governador dos pretos *Axiluandas* da ilha de *São João da Kazanga* e *Nâmbios*, Adam traz consigo um provável status social que deve ser destacado e respeitado, o de *envale*. *Envale* é um cargo hierárquico social adquirido por mulheres de determinadas comunidades africanas onde é reconhecida como a principal mulher de um soba. Dentre suas obrigações, a *envale* aparece como uma personagem

que tem determinadas funções dentro de sua comunidade e sua menção em um documento como essa carta patente demonstra um destaque importante que deve ser ressaltado na análise (TAVARES; SANTOS, 2002, p. 402).

Em suma, o documento irá apontar como se davam as relações diplomáticas entre africanos e portugueses naquele período. Nesse sentido, refletindo a fonte transcrita a partir de uma perspectiva cosmoperceptiva - conceito criado pela socióloga e professora nigeriana Oyèrónké Oyěwùmí (OYEWÙMÍ, 2021) -, esvaziando-se da “cosmovisão” ocidental, nota-se a atuação política ativa de africanos em cargos/posições decisivas na dita ilha de *São João de Kazanga*, o que desmistifica também a retrógrada noção de “inferioridade africana” imposta pela epistemologia dominante durante séculos. Mesmo que haja uma dominação evidentemente portuguesa no território africano devido ao contato e à empresa colonial investidos, faz-se necessário ressaltar também o protagonismo africano, uma vez que este contato se deu de forma complexa, permeado de negociações e conflitos, e não facilmente passiva como encontrado em algumas narrativas.

Transcrição¹

[fl.1] [ao final da página, à margem direita] D. Francisco

Matheus de Domingos Governador

dos pretos Maxiluanda

Antonide vas concellos etca Faço Sa

ber aos q ueesta minha Cartavirem quepor estarvago

oposto de governador dos pretos Maxiluandas da Ilha deS am Jo am daCazanga eN ambios do Rio

Quanza per falecimento do preto Dom geo

[fl.1v] George Antonio p ser [rasura]

pessoa idonea , e deSatisf [rasura]

digo diogo [rasura]

Maxiluandas e Nambios. E tudo respeito aboa infor-

mação quemefoy dada do Preto D.Francisco Matheus

¹ Carta patente de Antonio de Vasconcelos, governador do Reino de Angola, nomeando D. Francisco Mateus de Domingos no posto de governador dos Axiluanda e Nambios, da Ilha de São João da Cazanga, do rio Kwanza, no lugar de D. George Antônio. Três de junho de 1763. Local: Luanda 02pp BR RJHGB 126 PADAB DVD 03,16 DSC000361

de Domingos naturaldo Citio do Musulo de Jurisdição de Freguezia da dita Iha de Sam Joam da Cazanga filho do Preto Matheus de Domingos e da Preta Maria Adam concorrerem nelle os requisitos nesse carios para o exercitar. Hey por bem de o prover Como porestá faço no dito posto de governador dos Maxilundas da dita ilha de Sam Joam de Cazanga e Nambios do Rio Quanza em quanto eũ ohouver por bem e Sua Magestade nam mandaro contrario e comelle gozarã da Jurisdição privilegios e franquezas que em Rezaõ do dito posto lhe tocarem da qual porestá hey permitido deposse delle tomando primeiro o juramento na forma costumada de que se fará acento nas costas desta Carta Patente. Pelo quem ando a todos os referidos Maxilundas e Nambios com heção ao dito D. Francisco Matheus de Domingos como a seu Governador e Como tal obedeçaõ cumpraõ e guardem Suas ordens como devem e sam obrigados E por firmeza de tudo lhe mandey passara prezente por mim assignada e sellada Como Signete grande de minhas Armas a qual Será registada nos Livros da Secretaria deste Reino e adonde mais tocar. Dada nesta Cidade de Sam Paulo de Assumpção aos tres dias do mes de Junho Francisco Martinís a fes Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil Setecentos e sessenta e tres = o Secretário de Estado João Jozé de Lima afes Escrever Antonio de Vasconcellos.

Referências bibliográficas:

Fonte impressa:

CADORNEGA, Antonio de Oliveira de. **História Geral das Guerras Angolanas**. Anotado e corrigido por José Matias Delgado. Lisboa: Agência-geral do Ultramar, 1972, v. III, p. 34-44.

Referências:

- CARVALHO, Ruy Duarte de. **Ana a manda: os filhos da rede. Identidade colectiva, criatividade social e produção da diferença cultural: um caso muxiluanda [1986]**. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1989.
- COELHO, Virgílio. **Imagens, símbolos e representações “Quiandas, Quitutas, Sereias” imaginários locais, identidades regionais e alteridades**. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, n. 8: p. 179-214, 1998.
- FERREIRA, Aurora da Fonseca. **A Kisama em Angola, do século XVI ao XX: autonomia, ocupação e resistência**. Luanda: Kilombelombe, 2012, vol. 1.
- JUNIOR, A. De Assis. **Dicionário Kimbundu-Português: Linguístico, botânico, histórico, Cartográfico**. 1ª Edição. Cidade: Luanda Editora Argente, Santos & cia e Lda., 1963.
- OYEWÙMÍ, Oyèronké. **A invenção das mulheres. Construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.
- PARREIRA, Adriano. **Dicionário Glossográfico e Toponímico da documentação sobre Angola, séculos XV-XVII**. Lisboa: Editorial Estampa, 1990.
- TAVARES, Ana Paula ; SANTOS , Catarina Madeira. **" África e Monumenta - A Apropriação da Escrita pelos Africanos "**. vol 1 . Lisboa, Ed. Instituto de Investigação Científica Tropical, 2002.